

FATOS E NOTAS

ECOS DO IV CONGRESSO DE HISTÓRIA NACIONAL

A EXPEDIÇÃO DE 1501-1502 E AMERIGO VESPUCCI

Réplica ao Prof. Damião Peres

I) — *"The Nationalistic School"*.

Os historiadores portugueses que, sistematicamente disputam para a sua pátria tôdas as prioridades, tratando-se de descobrimentos marítimos nos séculos XV e XVI, irônicamente são apontados pelos intelectuais yankees como "fellows of the Nationalistic School".

Inventaram tais historiadores um processo "sui generis" para o estudo da história, somente por eles adotado em todo o mundo. Atribuem a esta ou àquela personagem lusa a realização de um feito de vulto, mas quando se lhes pedem os documentos comprobatórios do alegado, a resposta vem súbita e invariavelmente afinada por êste diapasão: "A impenetrável política de sigilo dos monarcas portugueses, principalmente de D. João II e de D. Manuel, em se tratando de empreendimentos marítimos, privou os arquivos portugueses de abundante e preciosa documentação, razão pela qual não é possível provar a prioridade portuguesa num número elevado de descobrimentos".

Com tal método, êsses historiadores sustentam, sem rebuço, que foram nautas lusitanos que descobriram a América antes de Colombo; que antecederam a Vespucci, aos espanhóis e ao próprio Cabral no achamento do Brasil; que devassaram secretamente todos os mares em tôdas as direções. E concluem bombasticamente com aquêle verso de Camões: "E se mais mundo houvera la chegara":

Um dos pontífices da "Nationalistic School" é o professor Damião Peres, da Universidade de Coimbra, que nos faz lembrar os

velhos tios quando, em suas relações familiares, não se conformam em admitir o progresso e autonomia intelectual dos sobrinhos...

* *
*

II) — “À tout seigneur tout honneur.”

Ao IV Congresso de História Nacional realizado em abril de 1949 no Rio de Janeiro, apresentamos uma tese intitulada: “A Expedição de 1501-1502 e Amerigo Vespucci.” Manifestou-se sobre esse nosso trabalho, o ilustre professor Damião Peres que, ao invés de se compenetrar da responsabilidade da missão que lhe fôra confiada, dando um parecer isento de paixão, resolveu como nos disse em carta, lavrar o seu protesto, por termos atribuído a Vespucci funções de ordem técnica na expedição de 1501-1502, como se num parecer, sobre qualquer tese, apresentado a um congresso de intelectuais, pode haver margem para patriotadas. Assim procedendo, Peres revelou-se faccioso e deselegante, obrigando-nos a responder as suas invectivas por meio de um folheto que teve larga distribuição no Brasil, países da América, França, Inglaterra, Espanha, Itália e Portugal.

Esse nosso gesto de legítima defesa deixou o erudito professor Peres indignado e o arrastou a vir a público prestar esclarecimentos, o que acaba de fazer publicando um agressivo folheto editado no Pôrto, em fins de 1949, tendo por título: “Américo Vespúcio e a Expedição de 1501-1502. Resposta a Marcondes de Souza”.

Como Damião Peres é merecedor de toda a nossa atenção, quando mais não seja, por ser professor universitário, vamos dar resposta aos seus doestos do modo mais delicado possível, mesmo porque nos debates entre homens cultos, vence o que tem melhores argumentos e não o que mais sabe insultar.

* *
*

III) — *Arrombador de porta aberta.*

Na nossa tese, após citarmos diversos documentos, provando ter sido estipendiada pelo Governo Português a expedição exploradora que em 1501-1502 visitou o Brasil, concluímos do seguinte modo:

“Todas essas citações poderão ter pouco valor para se poder afirmar ter D. Manuel mandado em 1501 uma expedição para explorar o litoral brasileiro como aconselhava Cabral (1). Mas quando deparamos com um documento, tal seja um termo lavrado

(1) — “E perguntou (Cabral) a todos se nos parecia bem mandar a nova do achamento desta terra a Vossa Alteza pelo navio dos mantimentos, para melhor a mandar descobrir e saber dela mais do que nós agora podíamos saber, por irmos de nossa viagem. E entre muitas falas que no caso se fizeram, foi por todos ou a maior parte dito que seria bem”. (Carta de Pero Vaz de Caminha a D. Manuel, folha 6).

por tabelião público de Lisboa que declara por o seu sinal público em testemunho da verdade, não podemos deixar de reconhecer que ãle tem valor irrestringivel para elucidar de uma vez por tôdas a questão em apreço.

Tal documento é um ato notarial de Valentim Fernandes, tabelião público de Lisboa, lavrado em 20 de maio de 1503, para acompanhar a imagem de um tupi e a pele de um jacaré, enviados a Bruges por um mercador flamengo, ato êsse cujo original em latim pertence ao célebre Códice de Conrado Peutinger da Biblioteca de Stuttgart. Dêsse documento consta a descrição da viagem de Cabral ao Brasil e há uma passagem referente à expedição portuguesa enviada ao nosso país em 1501 a qual diz: "Passados dois anos, uma outra armada do mesmo cristianíssimo rei, destinada a êsse fim, tendo seguido o litoral daquela terra por quase 760 léguas, encontrou nos povos uma só lingua, batisou a muitos e, avançando para o sul chegou até à altura do polo antártico, a 53 graus, e tendo encontrado grandes frios no mar voltou à pátria". E depois de algumas outras palavras, vem o fecho dêsse documento que diz: "E eu Valentim Fernandes da Moravia, tabelião público por ordem do mesmo rei de Portugal, li a carta presente diante da régia majestade, dos seus barões, supremos capitães e pilotos ou governadores dos seus navios da supracitada terra dos antípodas com o novo nome de Terra de Santa Cruz e todos unânimemente a confirmaram e eu coligi tudo isto dum livro escrito por mim, mediante a narração de dois homens da terra acima referida, e abaixo assinados, que durante 20 meses lá moraram e afirmo que tudo é verdadeiro pelo que vi e me relataram. Em testemunho do que aponho aqui o meu sinal público, a 20 de maio de 1503, por assim o ter escrito acima. Valentim Fernandes esta carta em verdade", etc. (2)".

No seu parecer à nossa tese, com as seguintes palavras criticou o conspícuo professor Peres o termos trazido à apreciação do citado Congresso, o ato notarial de Valentim Fernandes:

"Mais adiante, e para demonstrar ter sido realmente feita pela expedição de 1501-1502 a larga excursão austral apontada na Lettera vespucciana, acrescenta a êsse acervo de citações uma parte da certidão notarial de Valentim Fernandes lavrada em 1503. A mais suave observação que se pode fazer a esta parte do trabalho consiste em acentuar a sua inaturalidade, e portanto a sua inutilidade. Marcondes de Souza pretendeu, afinal, apenas arrombar uma porta aberta, pois já há mais de dez anos, um ilustre historiador português, Jaime Cortesão, num capítulo do volume III da "História da Expansão Portuguesa no Mundo" intitulado "Relações entre a geografia e a história do Brasil", reconheceu, com inteira isenção, a veracidade dos rasgos essenciais e mais extraordinários da narrativa de Vespucci, admitindo que a expedição de 1501-1502 alcançou as costas platinas da América, chegando às altas latitudes austrais assinaladas por Vespucci".

Como se vê, o parecer do preclaro professor Peres nesta passagem é chulo, não protocolar para ser submetido à apreciação du-

(2) — A. Fontoura da Costa — "Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes", Lisboa, 1939, páginas 91 a 96.

ma reunião de intelectuais, como foi o IV Congresso de História Nacional. Mas com isso não ficamos agastados e demos a Peres uma resposta apenas irônica que foi a seguinte:

"Damião Peres, no afã de combater a todo o transe o nosso trabalho, investe contra moinhos de vento, porque ao citarmos o documento da autoria de Valentim Fernandes e em seguida comentámo-lo com o escopo de provar ter a expedição de 1501-1502 atingido um ponto bastante austral da América do Sul, o pôrto de São Julião, na Patagônia, não afirmamos e nem ao menos insinuamos, que estávamos revelando um fato desconhecido dos estudiosos da história dos descobrimentos marítimos. Portanto, ao contrário do que afirma Peres, não tivemos a intenção de "arrombar uma porta aberta" que, na sua erradíssima opinião, já tinha sido aberta havia mais de dez anos por Jaime Cortesão.

Reconhecendo Frederico Kunstmann a importância do ato notável de Valentim Fernandes, em 1860 o traduziu do latim para o alemão, dando em seguida publicidade. Decorridos 38 anos, em 1898, um outro historiador alemão, Kurt Trubebach (3), publicou o citado documento e, baseando-se nele, afirmou que a expedição em estudo tinha atingido uma alta latitude austral. Depois de Trubebach, em 1924, o professor de geografia da Universidade de Palermo, Alberto Magnaghi (4), recorrendo ao texto latino do referido ato notarial, repetiu, "mutatis mutandis" o que afirmara Trubebach. O historiador português Abel Fontoura da Costa, em 1939 também se ocupou do documento em apreço (5). Só em 1940 é que Jaime Cortesão, repetiu o que já tinham afirmado Trubebach e Magnaghi.

De modo que, a prevalecer o extravagante conceito de Peres, segundo o qual, quem esposa e dá publicidade a opinião alheia, não passa de "arrombador de porta aberta", o mundo está cheio de "delinquentes", e conforme acabamos de provar, o seu conterráneo, o historiador Jaime Cortesão, também tem culpa no cartório, pois arrombou uma porta já escancarada por Trubebach e Magnaghi. Mas a opinião excêntrica de Peres, a que acabamos de fazer alusão, só tem aplicação quando quem repete o conceito alheio não é português. Sendo filho da gloriosa Lusitânia, a cousa é diferente. Tanto isso é verdade, que Peres não se tem na conta de arrombador de porta aberta, embora tenha, posteriormente a Cortesão, em 1943, apreciado por sua vez o ato notarial do tabelião público de Lisboa (6).

Agora, no seu panfleto, não podendo o abalisado professor Peres encontrar uma escapatória para explicar como se viu de um momento para outro, envolvido nessa questão de "arrombador de porta aberta", procura embaralhar as cousas a seu modo e, capciosamente, diz que a expressão desastrada de que se serviu, não foi usada no *sentido restrito*, apenas com relação à transcrição que fizemos do ato notarial de Valentim Fernandes, *mas abrange várias das matérias da nossa tese*.

Porém, um exame superficial do que escreveu o insigne professor no seu parecer e da resposta que lhe demos, prova a sua falta

(3) — "Amerigo Vespucci's Reise nach Brasilien". Plauen, 1898, página 4.

(4) — "Amerigo Vespucci - Studio critico". Roma, 1924, volume II, página 189.

(5) — "Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes". Lisboa, 1939, páginas 91 a 96.

(6) — "História dos Descobrimentos Portugueses". Porto 1943, páginas 438 e 439.

de sinceridade. A verdade é que, não do lado de cá, na "Colônia", mas do lado de lá, entre os eruditos membros da "Nationalistic School", é onde são encontrados os autênticos "arrombadores de porta aberta".

* * *
*

IV) — A questão cartográfica.

Dissemos na nossa tese que:

"o professor Duarte Leite é de opinião que a expedição de 1501-1502 não foi estipendiada pelo Governo Português, mas sim pelo banqueiro florentino residente em Lisboa de nome Bartolomeu Marchioni, de parceria com os judeus conversos, da qual o comando foi confiado a Fernão de Noronha. Para chegar a essa conclusão, o referido professor luso entende que se deve ler **Quaresma** o nome da ilha **Anaresma** assinalada à cêrca de 9 graus de latitude sul, no planisfério de Cantino. Após êsse conceito, procura identificar a ilha em apreço com a atual Fernão de Noronha, e, dêsse modo, atribui a sua descoberta à expedição de Noronha que, de torna viagem a Lisboa, teria avistado essa ilha nos últimos dias da **quaresma** de 1502 (7).

Mas a ilha Fernão de Noronha está a 3 graus e 50 minutos de latitude sul e a **Anaresma** a 9 graus; aquela afastada do litoral brasileiro 60 léguas, e esta quase o dobro, isto é, 104 léguas. Ora, como não é admissível em hipótese alguma que os pilotos portugueses, no dizer de Duarte Leite, "os mais peritos de quantos então sulcavam os mares", tivessem fornecido dados tão errados ao cartógrafo que desenhou o mapa de Cantino, somos propensos a admitir que se trata de uma ilha imaginária, pois convém por aqui em relêvo que, exclusão feita do planisfério de Cantino, **nenhum dos mapas portugueses ou de protótipos portugueses desenhados antes de 1503** (Kunstmann 11 e 111 e de Hamy), que é o da descoberta da ilha de Fernão de Noronha, traz esta ilha ou nome que foi eliminada no mapa de Canério que, como sabemos, é uma cópia melhorada do planisfério de Cantino, quiçá obra do mesmo cartógrafo.

Sôbre êsse tópico da nossa tese, assim se manifestou o insigne professor Peres no seu parecer:

"Mais desagradável de criticar é a parte da tese consagrada à contestação da doutrina de Duarte Leite, expendida na "**História da Colonização Portuguesa do Brasil**", relativamente ao descobrimento da ilha de Fernão de Noronha em 1501-1502, pois aqui Marcondes de Sousa não só comete um indesculpável erro de leitura paleográfica, lendo **Anaresma** onde está claramente **Quaresma** (térmo êste, aliás, compreensível, enquanto aquêle nada significa), mas estabelece uma estranha confusão sôbre a verdadeira intenção dos argumentos de Duarte Leite, o qual não pretendeu antecipar para 1501-1502 uma viagem de Fernão de Noronha em parceria com o banqueiro Marchioni, distinta daquela em que tomou parte Vespucci, **mas apenas sustentar que o comando da expedição de 1501-1502, em que participou Vespucci, foi exercido por Fernão de Noronha.**"

(7) — "O mais antigo mapa do Brasil", na "História da Colonização Portuguesa do Brasil", volume 11. páginas 253 a 255 e 275 a 279.

A essa passagem do parecer do egrégio professor Peres, demos esta resposta:

"Como se vê, acusado somos por Peres de cometer um indesculpável erro de leitura paleográfica, lendo no planisfério de Cantino **Anaresma**, onde está claramente **Quaresma**, termo êste compreensível, enquanto que aquêle nada significa. Antes de mais nada, temos a dizer que não é sômente o termo **Anaresma** que é de difícil interpretação no citado mapa, pois existem outros a desafiar a erudição dos paleógrafos, tais como: **Cabo d. licôtu, Canju, Lago luucor, C. lucar, G. do luucor, C. arlear, Arcay, Boacoya, Golfo del unficisno e Las gayas.**

Henry Harrisse, inegavelmente por todos os títulos o príncipe dos americanistas, a quem recorreu o Barão do Rio Branco ao defender os interesses do Brasil na célebre questão de limites com a França, mais conhecida por "Questão do Amapá", estudou a fundo o planisfério de Cantino em 1883 (8) e voltou a se ocupar desse documento cartográfico em 1892. Pois bem. Harrisse é de opinião que a palavra deve ser lida **Anaresma** e não **Quaresma**, acrescentando o seguinte: "We must probably read **Arrecifes, Reefs.** "La costa arrecifes e baxos que entra en la mar". Enciso (9). Por sua vez E. L. Stevenson (10), que estudou nos seus mínimos detalhes o planisfério em apreço, tendo tirado cópias fotográficas de vários trechos desse mapa para melhor estudar a sua nomenclatura, opina que a palavra é **Anaresma**. Orville Derby (11), que estudou o mapa de Cantino num trabalho sobre a cartografia americana vetustíssima, leu também **Anaresma**. Portanto há de nos perdoar o erudito professor da Universidade de Coimbra si não acatamos a sua opinião, pois que a nossa está muito bem escudada."

Agora, no seu panfleto, o emérito professor Peres faz anteceder de alguns comentários a discussão que sustenta sobre a leitura do topônimo em estudo e, assim procedendo, revela o seu pouco conhecimento em questões de cartografia que salta aos olhos de quem examina o planisfério referido.

Diz o insigne professor Peres que as denominações enigmáticas que apontamos no citado mapa não são generalizadas, mas restringem-se à Flórida, sendo que "nenhuma designação enigmática se encontra na zona brasileira". Mas no planisfério de Cantino, na parte que corresponde ao continente austral, existem termos também enigmáticos como *boacoya, golfo del unficisno, terra panc e las goyas*, sendo que na legenda existente no litoral brasileiro onde é feita alusão ao descobrimento de Cabral, existe uma palavra cuja leitura até hoje não foi elucidada, opinando uns que é *acem* e outros *atem*.

Em um dos tópicos do seu panfleto, diz o abalisado professor Peres, referindo-se à letra inicial do discutido topônimo que sendo ela maiúscula "não pode ser um A, porque tem a configuração dum

(8) — "Les Corte Real". Paris, 1883.

(9) — "The Discovery of North America". Paris, 1892, página 319 e nota no rodapé n.º 56.

(10) — "Maps Illustrating Early Discovery and Exploration in America 1502-1580". New Brunswick, 1903.

(11) — "Os mapas mais antigos do Brasil". "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo". 1903, volume VII, página 241.

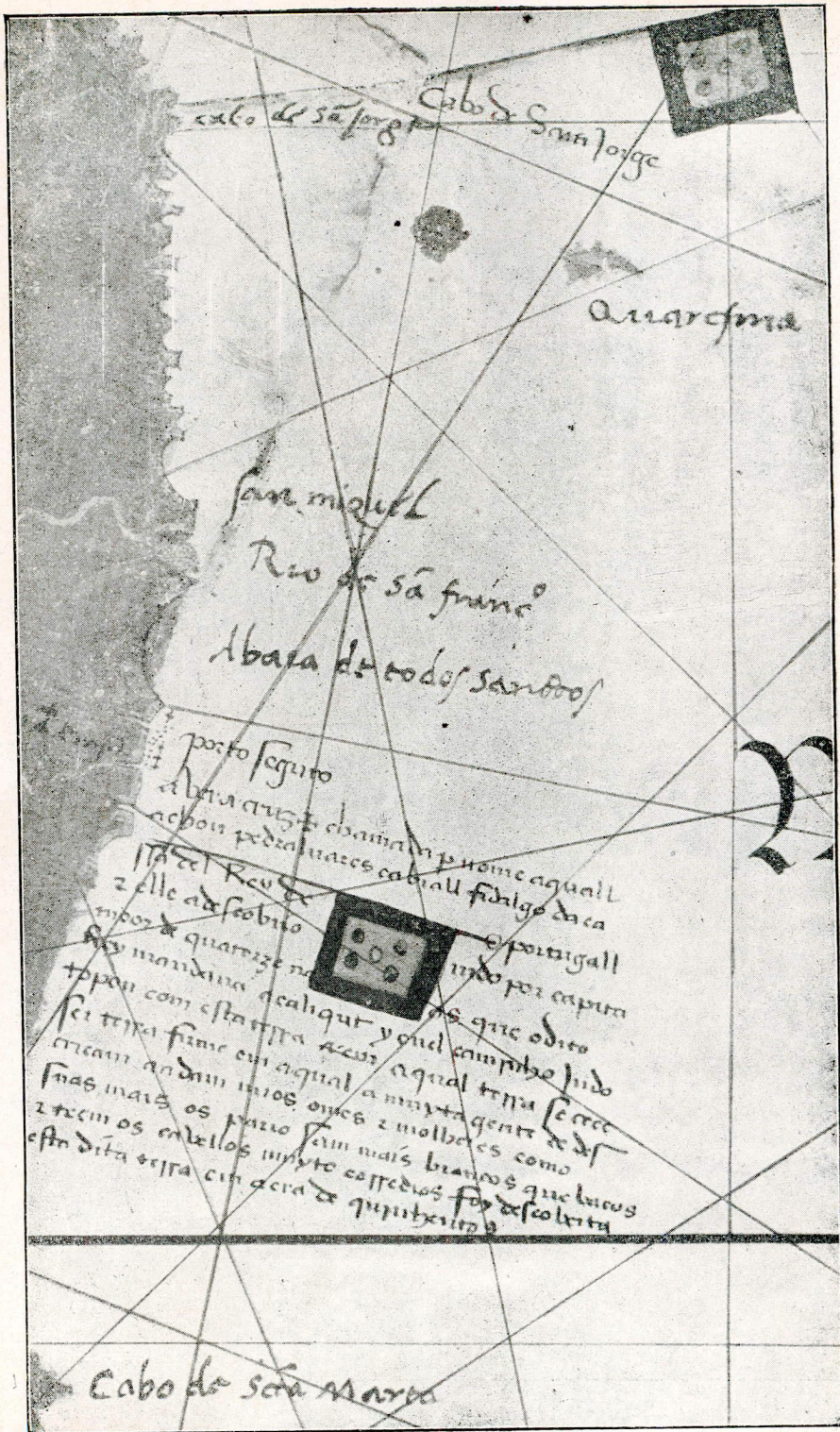


FIGURA N.º 2 — Fragmento do mapa de Cantino representando o litoral brasileiro, obtido diretamente do original que se encontra na Biblioteca Estense de Módena, pelo fotógrafo desta cidade, Cav. Uff. U. Orlandini. Verifica-se que a palavra inscrita para indicar a ilha que identificamos com a de Fernão de Noronha, é "Quaresma".

grande a minúsculo; qualquer compêndio de *paleografia peninsular*, e a *experiência de leituras*, ensinam que a primeira letra do alfabeto cursivo maiúsculo tinha, nos tempos da carta de Cantino, forma triangular e não a forma redonda”, etc.

Esse modo de se expressar do ilustre professor Peres causou-nos admiração porque, assim se manifestando, fundamenta todos os seus argumentos paleográficos na suposição de que os topônimos em cursivo do planisfério de Cantino foram inscritos por um “peninsular”, ou melhor por um português (12). Ora o iluminado professor Peres que jactanciosamente pretende nos dar lições de paleografia, nem ao menos sabe, apesar da “experiência de leituras”, distinguir a italiana da portuguesa. Quem isso afirma e prova, não somos nós, mas sim o emérito professor Duarte Leite ao estudar a nomenclatura em cursivo do mapa de Cantino. Ouçámo-lo: “Notaremos que *não era português* o indivíduo a quem devemos as inscrições em cursivo. Provam-no os erros na *Illa du fogo* e *Illa du principe*; a palavra *san* em vez de *sam*; o *c* redundante em *Scta Marta* e em *todos os sanctos*, e finalmente a troca em *miquel*. Foi um italiano, quem sabe se o próprio Cantino, que transcreveu d’algures as indicações; mas não se descobre o motivo para o elevar a cartógrafo” (13).

Quando citamos Henry Harrisse, E. L. Stevenson e Orville Derby em apóio da nossa opinião de que o nome do topônimo em estudo deve ser lido “*anaresma*”, também levamos em consideração os seguintes fatos:

a) — ter o professor Armando Cortesão, autor do mais recente trabalho sobre a cartografia portuguesa (publicado em 1935), sustentado que o nome do topônimo discutido deve ser lido “*anaresma*” (14);

b) — encontrar-se reproduzido um trecho do citado planisfério entre as páginas 174 e 175 do volume I da “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, onde se pode ler com a máxima facilidade e a olho nu, a palavra “*anaresma*” designando a discutida ilha, convindo ser aqui posto em relêvo que tal trecho do mapa de Cantino serve para ilustrar um erudito trabalho do professor Duarte Leite intitulado: “Os falsos precursores de Álvares Cabral”.

À vista porém do fragmento do mapa em discussão reproduzido em clichê pelo ilustre professor Peres no seu panfleto e que abrange uma parte do litoral brasileiro, inclusive o topônimo dis-

(12) — Peres é capaz de sofismar, dizendo que a palavra “peninsular” foi empregada com referência à Itália que também é uma península. Mas a expressão “experiência de leituras”, com que completa o seu pensamento, só pode se referir à paleografia portuguesa.

(13) — “O mais antigo mapa do Brasil”, na “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, volume II, página 264.

(14) — “Cartógrafia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI”, Lisboa, 1935, volume I, página 151.

cutido, fragmento êsse completamente diferente do que está reproduzido no citado volume da “História da Colonização Portuguesa do Brasil”; e também por não esclarecer Peres a que fonte recorreu para a publicação do clichê que ilustra o seu folheto, demo-nos pressa em escrever por via aérea ao nosso consócio e bom amigo professor dr. Renato Biasutti, vice-presidente da *Società di Studi Geografici* de Florença, solicitando a gentileza de nos enviar uma cópia fotográfica do trecho do citado planisfério referente ao litoral brasileiro, recorrendo a um fotógrafo de Módena, de vez ser nossa intenção esclarecer o assunto, para isso procurando a única fonte verdadeira ao nosso alcance. Êsse nosso pedido foi atendido com tôda a solicitude pelo professor dr. Biasutti, sendo que a fotografia do mapa, que se encontra na Biblioteca Estense, foi tirada pelo Cav. Uff. U. Orlandini, proprietário da “Fotografia Editrice” de Módena. Aqui reproduzimos em clichê o almejado fragmento do mapa de Cantino (15).

Seja aqui dito de passagem que, os historiadores e cartógrafos portugueses, pelo que apuramos, até hoje não se deram ao trabalho de ir a Módena e estudar “in loco” o mapa de Cantino, nem tão pouco cogitaram de obter diretamente do mesmo, como ora fazemos, cópias fotográficas. Discutem os assuntos que dizem respeito a êsse planisfério, apenas recorrendo a trabalhos de outros.

Sem termos necessidade de recorrer a qualquer tratado de paleografia e, muito menos às pretensas lições do emérito professor Peres, mas apenas examinando com o auxílio de uma lente a fotografia referida que nos remeteu o professor dr. Biasutti, chegamos à conclusão de que o nome do discutido topônimo é *Quaresma*. Porém, ao contrário do que afirma Peres, a divulgação da leitura *Quaresma* não pertence ao professor Duarte Leite, mas sim ao grande brasileiro Barão do Rio Branco que, 32 anos antes de Duarte Leite, em 1891, lia acertadamente e divulgava o nome da ilha em apreço do planisfério de Cantino (16).

À vista do exposto, declaramos com tôda a franqueza que, qualquer trabalho escrito pelos “fellows of the Nationalistic School” sobre a história dos descobrimentos marítimos, deve ser sempre recebido com grande reserva, mormente na parte referente à transcrições de documentos e reproduções de cartas geográficas, pois esta não é a primeira vez que constatamos adulterações de mapas na “História da Colonização Portuguesa do Brasil”, visto que como provamos, adulterado foi também o portulano de André Bianco de 1448 na parte referente à legenda da “*Ixola Otinticha*” (17).

(15) — A nosso pedido, o Dr. William B. Greenlee, da Newberry Library de Chicago, nos enviou uma fotografia do referido fragmento do mapa de Cantino, recorrendo ao citado atlas de Stevenson, que confirma ser “*Quaresma*” o nome do discutido topônimo.

(16) — “*Efemérides Brasileiras*”, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, páginas XI a XV da “Explicação” e 46, 47, 84 e 298 do texto.

(17) — “*O Descobrimento do Brasil*”, S. Paulo, 1946, páginas 75 a 87.

Afastamo-nos em demasia da questão capital, ao discutirmos o nome da ilha que querem identificar com a de Fernão de Noronha. O que necessita ser esclarecido é se essa ilha foi ou não descoberta pela expedição de 1501-1502, como opina o professor Duarte Leite.

O fato de ser *Quaresma* o nome da ilha não prova ter sido ela, admitindo-se não se tratar de ilha imaginária, descoberta pela referida expedição, quando de torna viagem para Lisboa, na *quaresma* de 1502. O professor Duarte Leite provou de modo convincente que havia desrespeito pela praxe de se denominar os acidentes geográficos recorrendo aos nomes dos santos do calendário (18), e nós acrescentamos, aos de festas e períodos de comemorações eclesiásticas.

Sabemos que quem acrescentou em cursivo as palavras existentes no planisfério de Cantino era italiano. Mas em que data, aproximadamente, foram feitos êsses acréscimos? Antes de ser o mapa entregue a Hércules D'Este, ou depois de estar em poder dêste duque? Um argumento a favor da segunda hipótese é que Cantino na sua carta datada de Roma a 19 de novembro de 1502 e endereçada ao referido duque, dando-lhe notícia de ter entregue a determinada pessoa residente em Gênova o planisfério em apreço, nada diz sobre os acréscimos, o que é de se extranhar si êles foram feitos à última hora em Lisboa, por Cantino, como admite o professor Duarte Leite, ou por qualquer outra pessoa.

No caso de terem os acréscimos sido feitos quando o mapa já estava em Ferrara, em mãos de Hércules D'Este, o topônimo *Quaresma*, que não aparece em nenhum documento de qualquer natureza, excepção feita da carta de Cantino, tanto pode fazer alusão a uma ilha imaginária, como no caso de se referir à de Fernão de Noronha, assinalar uma descoberta posterior a 1502.

Como se vê, o problema não é de fácil solução, desde que se ponha de lado a vaidade nacional em benefício da verdade histórica.

* * *

V) — *Vespucci consultor técnico.*

Quase ao finalizar a nossa tese escrevemos o seguinte:

"Nós sabemos que os monarcas portugueses, a começar por D. Diniz, que contratou o genovês Emmanoel Pessagno e mais vinte oficiais da Ligúria para instrutores da marinha lusa, não só sempre aceitaram como até solicitaram a colaboração de estrangeiros para a realização de seus empreendimentos marítimos, o que em absoluto não pode diminuir as glórias do Infante D. Henrique, de Diogo de Azambuja, de Diogo Cão, de Pero de Alenquer, de de Bartolomeu Dias, de Vasco da Gama, e de tantos outros que levaram a mares desconhecidos a bandeira das cinco quinas.

(18) — "O mais antigo mapa do Brasil", na "História da Colonização Portuguesa do Brasil", volume 1, páginas 269 a 280.

Vespucci antes de ser nomeado piloto-mór da Espanha, cargo de grande responsabilidade, tinha o posto de capitão, como fácil é verificar-se de vários documentos dos arquivos espanhóis (19). Isso evidencia que ele tinha sido, pelo menos na Espanha, comandante de navio, certamente na expedição de Hojeda. Os seus conhecimentos de cosmografia e náutica são atestados por seus contemporâneos. Pedro Martir de Angleria escreveu que: "João Vespucci, florentino, sobrinho de Amerigo Vespucci, acima citado, a quem seu tio lhe deixou em herança a pericia da arte de navegar e de calcular os graus" (20). Sebastião Caboto, como já vimos, referindo-se a Vespucci, disse que ele "era hombre bien esperto en las alturas" (21).

Ora, o rei D. Manuel estando ao par da capacidade de Vespucci, quiçá como diz Jaime Cortesão (22), por intermédio do rico mercador florentino de Lisboa, Bartolomeu Marchioni, resolveu convidá-lo a participar da expedição que preparava para enviar ao Brasil, afim de explorar o seu litoral. Vespucci aceitou o convite, e partiu com a expedição. Mas no desempenho de que missão? Naturalmente na qualidade de cosmógrafo, ficando a seu cargo, entre outras cousas, determinar as posições geográficas, principalmente as latitudes, dos pontos em que a mesma tocava. E se na expedição de Hojeda comandou um navio, nada de admirar que nesta, a serviço do rei de Portugal, igual encargo lhe fôsse cometido. Como força de expressão, Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502 as funções de "consultor técnico".

Isso maguou profundamente o preclaro professor Peres que, no seu parecer, não pôde ocultar a revolta de que estava possuído por termos tido a petulância de dizer que, "como força de expressão, Vespucci desempenhou da expedição de 1501-1502 as funções de "consultor técnico". Daí escrever êsse emérito professor no seu parecer a passagem seguinte:

"Mas a parte crucial do escrito de Marcondes de Sousa é a ultima, pois tudo o mais se pode crer encaminhado às derradeiras linhas aquelas em que escreveu: "como força de expressão, Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502 as funções de consultar técnico".

Em primeiro lugar, talvez devesse observar-se, corretivamente, que um historiador não deve afirmar, seja o que fôr, como força de expressão. A força de expressão insinua; não afirma, nem conjectura. Está fora das construções historiográficas. Ainda se a insinuação tivesse ao menos sua lógica, poderia com longanimidade tolerar-se; mas nem lógica tem, pois Vespucci, como demonstrou Duarte Leite, cometia erros grosseiros de avaliação de latitude, na época em exame, talvez, anos depois, a prática lhe melhorasse os conhecimentos, mas em 1501-1502 eram êles frustes. Ao contrário, porém, Portugal dispunha de cosmógrafos da categoria dum Duarte Pacheco, e dos autores de regimentos náuticos remontantes ao séculos XV e tradutores do melhor e mais proficiente saber astronômico; dispunha de pilotos que sabedoramente tinham estabelecido entre 1488 e 1497 — como

(19) — Navarrete, "Colección de los viages", etc., edição argentina, vol. III, págs. 295, 296 e 303.

(20) — "De Orbe Novo" ("Décadas del Nuevo Mondo"), Buenos Aires, 1944; década II, livro VI, capítulo II, página 170.

(21) — Navarrete, obra citada, edição argentina, volume III, página 319.

(22) — "A Expedição de Pedro Alvares Cabral", Lisboa, 1922, página 187.

teórica e praticamente demonstrou Gago Coutinho — aquela outra rota pelo Atlântico sudocidental, para montar, após ter sulcado águas brasileiras, o Cabo da Boa Esperança, pilotos tão numerosos que só na armada de Cabral deviam ser perto de trinta, entre efetivos e substitutos, e entre os quais avultavam nomes celebérrimos que a história regista.”

Respondemos do seguinte modo, êsse tópico do parecer do conspícuo professor Peres:

“A frase que usamos para por em relêvo o importante papel que Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502, como se vê, ofendeu a vaidade nacional de Peres, dando ensêjo a que êle, logo de início, fizesse questão de “lana caprina”. Dissemos que, “como força de expressão, Vespucci desempenhou na expedição de 1501-1502 as funções de cònsultar técnico”. Critica Peres esta frase e diz que ela não afirma, mas apenas insinua, não podendo ser usada em construções historiográficas. Admitamos que a nossa frase tenha sido mal empregada. Corrija-se, pois, dizendo que na expedição em apreço, Vespucci desempenhou funções consultivas, principalmente de ordem cosmográfica. Porém, apcsar de mal construída, Peres compreendeu perfeitamente a frase por nós empregada, tanto assim que recorreu a uma série de argumentos para contestá-la.

Diz o abalizado professor que a frase elogiosa que usamos ao nos referirmos a Vespucci poderia ser tolerada, si ao menos tivesse lógica, mas lógica não tem, porque o Florentino, como demonstrou Duarte Leite, cometia erros grosseiros de avaliação de latitude na época em exame. Mas sabe muito bem Peres que os erros de latitude que Duarte Leite aponta como praticados por Vespucci, êle os encontrou na *Lettera a Soderini*, carta esta que conforme provou Alb. Magnaghi (23), é apócrifa. E querem saber quem também sustenta essa opinião do erudito professor da Universidade de Palermo? Damião Peres quando, referindo-se à *Lettera*, diz “não passar (ela) de uma amplificação empreendida por editores empenhados em explorar mercantilmente o natural e generalizado interêsse suscitado pelo considerável alargamento dos descobrimentos portugueses e espanhóis no Novo Mundo” (24). Então há de convir Peres que os erros de latitude que Duarte Leite atribui a Vespucci, não podem correr por conta dêste navegante e cosmógrafo. Devem ser imputados a quem forjou a *Lettera*. A única posição geográfica das determinadas por Vespucci, que é confirmada por depoimentos de pilotos (25), é aquela do cabo de S. Agostinho que êle colocou a 8 graus de latitude sul e que se pode dizer certa, pois pequena é a diferença que existe entre o seu cálculo e a posição exata que hoje conhecemos.

Logo em seguida diz Peres que os conhecimentos náuticos de Vespucci eram rudimentares, quando da sua partida com a frota de 1501-1502, sendo que mais tarde eles melhoraram. Mas isso diz o ilustre professor luso para insinuar que foi com tripulantes de navios portugueses enviados ao Brasil, que o Florentino em realidade aprendeu a navegar. Propositalmente olvida Peres que já na expedição de Hojeda de 1499-1500, desempenhara Vespucci o cargo de piloto, conforme se verifica pelo depoimento dêsse

(23) — Obra citada, volume I, páginas 99 a 248.

(24) — “História dos Descobrimientos Portuguezes”. Porto, 1943, pág. 423.

(25) — Navarrete — Obra citada. Edição argentina, tomo III, página 319.

navegante espanhol em 8 de fevereiro de 1513, nas "Probanzas del Fiscal" (26).

Fala o erudito professor da Universidade de Coimbra na capacidade dos pilotos e cosmógrafos portugueses, mas esquece de nos contar que a ciência náutica portuguesa é de origem espanhola, pois hoje é notório que as primeiras tábuas náuticas portuguesas tiveram como base o "Almanach Perpetuum" de Abraham Zacuto, espanhol de Salamanca que, por ser judeu, teve que fugir de Portugal em 1496 ou 1497, quando D. Manuel decretou a perseguição aos hebreus.

Esposa Peres a temerária opinião de Gago Coutinho (27), segundo a qual, de 1488 a 1497, apesar de não existir nenhuma prova direta ou indireta, cuidaram D. João II e D. Manuel de organizar expedições secretas com o objetivo de sondar o Atlântico Sul e procurar o mais fácil caminho para a Índia, de que resultou "aquela ousada rota pelo Atlântico sudocidental, para montar, após ter sulcado águas brasileiras, o cabo da Boa Esperança". De modo que, segundo sustenta Gago Coutinho e Peres repete, não foi Vasco da Gama, como até hoje acreditávamos, quem descobriu a melhor rota entre as ilhas de Cabo Verde e a angra de Santa Helena. Anteriormente à viagem do Gama em 1497, foram pilotos desconhecidos que a estabeleceram após viagens secretas. Dêsse modo derrubam do pedestal de glória a figura maiúscula de Vasco da Gama, e colocam em seu lugar pilotos desconhecidos, num infeliz arremedo ao "soldado desconhecido", da primeira grande guerra. Mas se foi assim como diz Gago Coutinho, que necessidade tinha o Gama de ditar as instruções náuticas para a viagem de Cabral? É admissível que este capitão-mór, bem como Bartolomeu Dias, e outros capitães que participaram da segunda armada da Índia, ignorassem a rota descoberta pelos pilotos desconhecidos? Até que ponto chega a desmedida vaidade nacional de certos historiadores portugueses!

Um ano antes de Gago Coutinho expor a sua extravagante opinião, já tinha o oficial da marinha de guerra portuguesa, Abel Fontoura da Costa, provado que, desde a volta, em 1488, de Bartolomeu Dias, do cabo da Boa Esperança, até a partida, em 1497, de Vasco da Gama, para a Índia, a marinha portuguesa esteve inativa pelos seguintes motivos: demora em receber D. João II informações de Pero de Covilhã sobre a melhor rota para a Índia, bem como sobre os mais importantes caminhos que interessava o comércio das especiarias; sérias questões com Marrocos, as quais obrigaram o referido monarca a organizar expedições muito dispendiosas, quer quanto a pessoal, quer quanto a material; a moléstia incipiente do "Príncipe Perfeito" a partir de 1490, agravada com a grande tragédia de que resultou a morte do seu bem amado e único filho, o príncipe D. Afonso (28).

A referida tese de Gago Coutinho, encarada sob o ponto de vista náutico, foi refutada pelo historiador Carlos Coimbra (29) em dois artigos publicados no "Diário de Lisboa". Resumida-

(26) — Navarrete, obra citada, volume III, página 528.

(27) — "Influência que as primitivas viagens portuguesas à América do Norte tiveram sobre o descobrimento das "Terras de Santa Cruz". Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, setembro e outubro de 1937, páginas 399 a 419.

(28) — "As portas da Índia em 1484". Lisboa, 1936, páginas 39 e 40.

(29) — "A rota de Vasco da Gama e as idéas do almirante Gago Coutinho", "Diário de Lisboa", 31-12-940. "Em resposta a Gago Coutinho — a rota de Vasco da Gama". "Diário de Lisboa", 15-1-941.

mente afirmou Coimbra que a rota seguida por Vasco da Gama na sua primeira viagem à Índia, não foi o resultado do conhecimento prévio do regime dos ventos no Atlântico Sul. E, para reforçar essa sua opinião, citou Coimbra diversos roteiros escritos posteriormente à viagem do Gama, pelos quais fica evidenciado que o estabelecimento da rota tendo por objetivo dobrar o cabo da Boa Esperança, continuou a ser estudado, durante todo o século XVI, pelos nautas portugueses, que sempre cuidaram de conhecer, em seus mínimos detalhes, o regime dos ventos na parte sul do referido oceano.

Continuando, diz Peres que a rota descoberta pelos pilotos desconhecidos, levava os navios a sulcarem águas brasileiras, antes de atingirem o cabo da Boa Esperança. Se essa rota foi a seguida pelo Gama na sua primeira viagem à Índia, a afirmativa que Peres faz, louvando-se em Gago Coutinho, não é segura, de vez que há controvérsia. Diogo Köpke e Antônio da Costa Paiva (30), bem como E. P. Ravestein (31), são de parecer que Vasco da Gama, ao vencer o trajeto Santiago-Angra de Santa Helena, navegou afastado das águas brasileiras."

Agora no seu panfleto, procura o ilustre professor Peres rebater êsses nossos argumentos, de modo vulpino. Fere apenas os pontos onde julga levar vantagem e deixa de lado os que lhe constituem tropeços. Assim não deseja abordar o assunto que diz respeito à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia; não quer mais falar nas tais "viagens secretas" e nem nos "pilotos anônimos", etc.

* *
*

VI) — A "*Lettera a Soderini*" é apócrifa.

Como vimos, dissemos na nossa refutação ao parecer do abalizado professor Peres que, os erros de latitude que o professor Duarte Leite aponta como praticados por Vespucci, êle os encontrou na *Lettera a Soderini*, carta esta que Magnaghi provou ser apócrifa e que êle Peres é também dessa opinião, porque entende "não passar a mesma de uma amplificação empreendida por editores empenhados em explorar mercantilmente o natural e generalizado interesse suscitado pelo considerável alargamento dos descobrimentos portugueses e espanhóis no Novo Mundo".

Agora o egrégio professor Peres, no seu panfleto, quiçá para ser agradável ao professor Duarte Leite, não concorda com a nossa conclusão, quando dizemos ser êle também de parecer que a *Lettera* é apócrifa, pois diz textualmente: "*não há sinonímia entre apócrifo e amplificada; uma amplificação como a da Lettera não exclui informações atribuíveis a Vespucci*". Muito bem. Agradecemos a lição que Peres pretende nos ministrar. Mas há de convir

(30) — "Roteiro da viagem que em descobrimento da Índia pelo cabo da Boa Esperança fez Dom Vasco da Gama em 1497". Porto 1838.

(31) — "Journal of the first voyage of Vasco da Gama 1497-1499". Hakluyt Society, London, 1898.

o conspícuo professor que, em se tratando duma composição literária, é possível que nada desmereça e até melhorada fique se fôr amplificada; porém um documento em absoluto não pode merecer nenhuma fé, se foi amplificado e, como o caso da *Lettera*, não se sabendo a extensão dessa amplificação.

O emérito professor Peres há de perdoar a nossa teimosia, pois temos um argumento, sem réplica, que prova ser a *Lettera*, na sua valiosa opinião, um documento apócrifico. No seu magnífico livro (32) já por nós citado, diz êste insigne historiador, referindo-se à *Lettera*, não passar a mesma de “*uma MERA especulação livreira*, destinada a explorar a curiosidade pública”. Então? Não será o caso de também dizermos a Peres que não há sinonímia entre “*amplificada*” e “*MERA ESPECULAÇÃO LIVREIRA*”?

* *
*

VII) — *A capacidade cosmográfica de Duarte Pacheco.*

Na nossa refutação ao parecer do preclaro professor Peres dizemos que a única posição geográfica das determinadas por Vespucci, que é confirmada por depoimentos de pilotos, é aquela do cabo de S. Agostinho que êle colocou a 8 graus de latitude sul e que se pode dizer certa, pois pequena é a diferença que existe entre seu cálculo e a posição exata que hoje conhecemos. O ilustre professor Peres no seu panfleto não contesta esta nossa afirmativa, mas não deixa escapar a oportunidade para procurar acaçapar Vespucci, trazendo à baila Duarte Pacheco Pereira e mais o seu “*Esmeraldo de situ orbis*” e dizendo que “o cálculo vespucciano de 8 graus austrais para o cabo de S. Agostinho, realmente recordado e louvado ainda em 1515 por cartógrafos e pilotos espanhóis e italianos ao serviço da Espanha, era inferior em exatidão ao cálculo dos portugueses, que já em 1505 (como consta do “*Esmeraldo de situ orbis*” de Duarte Pacheco), se cifra em 8 graus e 15 minutos, quantitativo bem mais próximo da realidade, assim se demonstrando terem os técnicos portugueses capacidade superior à de Vespúcio e seus pupilos”. Ainda bem que o insigne professor Peres agora admite que o Florentino tinha, como cosmógrafo, capacidade técnica... apenas inferior à dos portugueses. Mas convém aqui assinalar que o cálculo de Vespucci foi feito em 1499 ou 1501, ao passo que o de Duarte Pacheco em 1505 ou 1506, portanto numa época em que o litoral norte brasileiro já tinha sido visitado por diversos navios e pelo menos por duas expedições portuguesas.

Uma vez que o emérito professor Peres quis pôr em evidência a grande capacidade do “*Aquiles Lusitano*” em determinar latitudes,

(32) — “*História dos Descobrimentos Portuguezes*”, página 410, nota no rodapé n.º 1.

pondo num chinelo os cosmógrafos espanhóis e italianos, nós vamos provar que essa apregoada capacidade é muito relativa.

Diz Roberto Levillier o seguinte, referindo-se a Duarte Pacheco: “Coloca el Cabo San Roque, que está en 5° 30’S. en 3° 30’S. y así lo tira al mar; Bahía de Todos os Santos, en 15°40’ y está en 12° 56’; el Cabo Frio en 25° y está en 23° 30’; la isla de Santo Amaro en 28° 30’ y está en 24°30’; Genova en 42° 30’ y está en 44°23’; Constantinopla en 43° y está en 41°; Cabo de Caterina en 4° 30’S. y está en 1°53’S.; Rio Feroso en 7° N. y está en 5°46’; Cabo Feroso en 5°50’N. y está 4°16’N.; Santo Tomé en 3°N. y está en 1°32’N. Da la misma latitude de 24° N. para la isla de Arguim en el Atlantico, y el Cabo Guardafui en la Boca del Mar Rojo. Ahora bien; la isla está en 20° N. y el Cabo Guardafui en 12°N. . . Kimble ha trazado el mapa que correspondería a las distancias de un punto a otro, dado por Duarte Pacheco, conjuntamente con las latitudes, y así como éstas son bastantes exactas, aquéllas darían por resultado un Africa que terminaría por 27° de latitude, en vez de 34°40’. Es pueril intento querer presentar a los cosmógrafos y pilotos portugueses del siglo XV como sabios calculadores, gracias a los cuales, críticos embelesados pueden hoy darse el lujo de despreciar a los de otras nacionalidades”. (33).

* *
*

VIII) — *Vespucci não veio ao Brasil comprar macacos e papagaios.*

“Terminando o seu parecer sobre a nossa tese, assim perorou o emérito professor Peres:

“Na hora em que Castela e a França disputavam a Portugal alguns desses argutos nautas, Portugal para nada precisava do incipiente saber náutico de Vespucci, ainda então bem mais agente comercial do que conspícuo navegador. Da sua presença em navio português na Armada de 1501-1502, não há que duvidar; na sua firmeza de ânimo, pode ainda crer-se, mas dá-lo como recurso para aqueles que eram, afinal, os seus próprios mestres, isso é inaceitável à luz da razão, inaceitável até à luz da mais elementar noção historiográfica” .

Nós respondemos à esse tópicó do parecer do preclaro professor Peres usando estas palavras:

“Não vamos contestar que nos últimos anos do século XV e no começo do XVI, possuía Portugal nautas de valor que foram disputados por Castela e pela França. Mas também a Itália os possuía e os emprestou à Inglaterra, à França, à Espanha e ao próprio Portugal. Os nomes aí estão: João e Sebastião Caboto, Verazzano, Colombo, Vespucci e tantos outros. Uma vez que citamos nomes de navegantes famosos, seria má fé não fazermos referên-

(33) — “America la Bien Llamada”, Buenos Aires, 1948, volume 1, página 165.

cia aos espanhóis: Pinzon, Juan de la Cosa, Alonso de Hojeda, Diogo de Lepe, Alonso Niño, Cristobal Guerra, Ponce de Leon, Vasquez de Ayllon, Sebastião del Cano, companheiro de Magalhães, que completou a circunavegação do globo, e outros nomes que a história registra.

Porém o que interessa à discussão é sabermos se Vespucci embarcou na expedição de 1501-1502 como simples mercador, ou como nauta e cosmógrafo de invulgar valor.

Peres, como já vimos, é de parecer que o Florentino só podia ter participado da expedição referida como agente comercial, porque incipientes eram os seus conhecimentos náuticos em confronto com os capitães portugueses.

Mas nós perguntamos: em 1501 quando da partida do Florentino para o Brasil em frota portuguesa, estava em pleno vigor a "política de sigilo" dos monarcas lusitanos? Os modernos historiadores de Portugal respondem pela afirmativa. Era Vespucci um individuo bastante capaz para realizar com habilidade espionagem por conta de Castela? Todos acreditam que sim. Então como explicar a sua presença na expedição? Que de extraordinário ocorria com o Florentino, a ponto de fecharem os olhos em se tratando de espionagem? A resposta vem espontaneamente: é que D. Manuel necessitava dos seus conhecimentos náuticos e cosmográficos, de vez que os seus mais hábeis pilotos e cosmógrafos tinham embarcado na armada de Cabral, que ainda não tinha voltado, desfalcada de seis naus que naufragaram.

Porém, si isso não basta, temos mais este argumento. Vespucci certamente gozava de prestígio na Espanha, pois tinha sido agente nesse país dos riquíssimos banqueiros Medici, e tomara parte na expedição Hojeda, de 1499-1500, como piloto. E' admissível que tendo o Florentino uma boa posição social em Sevilha, fôsse deixar essa cidade para arriscar a vida em uma frota que, pela primeira vez, ia explorar mares desconhecidos, sabendo de antemão que nela não passaria de simples mercador? Mas mercador para vender a quem, ou para comprar o que? Acaso a terra achada por Cabral não era habitada por selvagens nus, com abundância só de macacos e papagaios?"

A êsses nossos argumentos, limitou-se o ilustre professor Peres a dizer agora no seu panfleto estas fanfarronadas:

"Não há razão alguma para arquitetar romances sôbre possibilidades ou não impossibilidades de espionagem. O rei de Portugal não precisava de recorrer a qualquer cosmógrafo estrangeiro — mesmo que Vespúcio fôsse realmente sabedor — porque tinha à sua disposição um indiscutível sábio, simultaneamente homem decidido e experiente nauta, o célebre Duarte Pacheco".

Posta à margem a questão que diz respeito a poder ou não Vespucci exercer espionagem por conta de Castela (34), nós perguntamos ao conspícuo professor Peres: Será mesmo verdade que, quando foi da partida, em 1501, da expedição exploradora enviada ao Brasil, tinha D. Manuel à sua disposição o cosmógrafo e guer-

(34) — Ver em cada estrangeiro residente em Portugal um espião, inclusive os diplomatas, é opinião unânime entre os adeptos da "Nationalistic School". Como então não admittir Peres a possibilidade de Vespucci espionar por conta de Castela?

reiro Duarte Pacheco? Acaso não teria partido para a Índia, na frota de Cabral, e lá praticado um ato de bravura, tal aquê de aprisionar a nau do elefante?. Quanto à sua sapiência cosmográfica, nós já vimos, recorrendo a Levillier, a que fica reduzida.

IX) — “*In cauda venenum*”.

Para terminar esta réplica ao iluminado professor Damião Peres, passamos a narrar, bem contrafeitos, unicamente por amor à verdade, um fato que temos dificuldades em qualificar porque nunca ocorreu aqui na “Colônia”, entre seus intelectuais. É o seguinte:

Escrevendo Peres um livro que publicou na cidade do Pôrto e tem por título “*O Descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Antecedentes e Intencionalidade*”, teve necessidade de citar tópicos do trabalho do professor Samuel Eliot Morison intitulado: “*Portuguese Voyages to America in the Fifteenth Century*”. Mas como não tinha a seu dispor a obra do professor “yankee”, recorreu a um processo “*sui generis*”. Transladou para as páginas do seu referido livro, *sem declinar o nosso nome*, duas passagens do aludido trabalho de Morison, que se encontram traduzidas para o português no nosso volume “*O Descobrimento do Brasil*”.

O livro de Morison foi publicado em Cambridge em 1940, pela Harvard University Press; o nosso em S. Paulo no ano de 1946, pela Companhia Editora Nacional; e o de Damião Peres em 1949, pela Companhia Editora do Minho. Com êstes esclarecimentos, passamos agora a fazer um confronto entre os tópicos originais do trabalho de Morison e as traduções dêles que figuram no nosso livro e naquele de Peres, para que os interessados possam cientificar-se da procedência da acusação que ora fazemos ao insigne historiador e professor da Universidade de Coimbra.

MORISON

“A brisk westerly wind, smooth sea, and a nip in the air suggesting winter, may occur anywhere between America and Europe, and between 45.º and 60.º north latitude, and are frequently experienced by mariners today”.

Obra citada, página 24.

MARCONDES DE SOUZA

“Forte vento d’oeste, mar tranqüilo e uma alteração no ar a prenunciar inverno, podem ocorrer em qualquer ponto entre a América e a Europa e entre 45 e 60 graus de latitude norte e são frequentemente observados hoje em dia pelos navegadores dessa extensa zona”.

Obra citada, página 22.

DAMIÃO PERES

“Vento forte de oeste, mar tranqüilo e uma alteração no ar a precunziar inverno, podem ocorrer em qualquer ponto entre a América e a Europa, entre 45 e 60 graus de latitude norte, e são frequentemente observados pelos navegantes dessa extensa zona.”

Obra citada, página 40.

"Vasco da Gama, after taking his departure from the Cape Verde Islands on August 2, 1497, had made the natural mistake of steering southeasterly directly for the Cape of Good Hope. Apparently he intended to sail a straight rhumb across the Gulf of Guinea.

Thus he fell into the belt of SW monsoon varied by tornados, lost a main yard, and took the equatorial current on the nose. Thereafter, it is generally supposed, he utilized the SE trades in the manner that he recommended to Cabral", etc..

Obra citada, páginas 96 a 97.

"Vasco da Gama, partindo das ilhas de Cabo Verde a 2 de agosto de 1497, cometera o erro natural de navegar a sudeste, diretamente para o cabo da Boa Esperança. Parece que ele pretendia atravessar o golfo da Guiné em rumo direto. Dêsse modo caiu na faixa da monção SO cheia de tornados, perdeu a verga grande e teve a corrente equatorial pela proa. Daí por diante, é o que geralmente se supõe, aproveitou os alísios SE da maneira que recomenda a Cabral". etc..

Obra citada, página 192.

"Vasco da Gama, partindo das ilhas de Cabo Verde, cometera o erro natural de navegar a sueste, diretamente para o Cabo da Boa Esperança. Parece que ele pretendia atravessar o golfo da Guiné em rumo direto. Dêste modo, caiu na faixa da monção de sudoeste, cheia de tornados, perdeu a verga grande, e teve a corrente equatorial pela proa. Daí por diante... aproveitou os alísios de sueste"...

Obra citada, páginas 85 e 86.

A prova do deslize é patente, mas nós não desejamos em hipótese alguma recorrer a expressões injuriosas para verberar o incorreto procedimento do honrado professor Damião Peres. Então que devemos dizer?

Simplemente isto: Sua Excelência procedendo como procedeu,

"Fêz barretada com chapéu alheio".

São Paulo, maio de 1950.

THOMAZ OSCAR MARCONDES DE SOUZA

Socio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo.